

Mediação Intercultural Comunitária: Propostas Metodológicas Para a Intervenção

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.63.7>

Cristina Pereira

Unidade Técnico-Científica de Ciências Sociais e da Educação, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1295-3541>
cristina.pereira@ipcb.pt

Fátima Santos

Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal
gascaritas@sapo.pt

Introdução

A contemporaneidade tem sido uma época em que o fenómeno da globalização tem dinamizado mudanças profundas nos diferentes sistemas socioculturais e económicos. Os países atuais integram múltiplas formas de viver que são expressões de outras tantas culturas que reclamam a sua afirmação. Por sua vez, os indivíduos, ao longo do seu ciclo de vida, confrontam-se com a coexistência de realidades culturais múltiplas associadas a valores e comportamentos diversos.

De acordo com este contexto, temos assistido a novas formas de convivência e de organização social no pressuposto da construção de sociedades em que o relacionamento e a comunicação entre pessoas de culturas diversas e identidades múltiplas seja uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal, cultural e social (Pereira et al., 2019).

Inscritos no fenómeno da globalização, centramos o nosso olhar nos fluxos migratórios e, particularmente, nos movimentos de refugiados para a Europa.

Os fluxos migratórios foram estando presentes ao longo de toda a história da humanidade, no entanto têm assumido, nas 2 últimas décadas, um desafio complexo para as sociedades de acolhimento. Os recentes movimentos migratórios “tornaram-se o lado visível da vida de milhões de pessoas que sobrevivem em condições desumanas, causadas por conflitos e desigualdades socioeconómicas, em países como a Síria, o Iraque ou o Afeganistão” (Ramos, 2021, p. 16).

A integração de refugiados nos países europeus tem suscitado interpretações múltiplas e nem sempre pacíficas. Em Portugal, se a postura do governo e de muitos organismos e cidadãos tem sido marcada por uma atitude de abertura e disponibilidade, a realidade evidencia que a integração dos refugiados não é um processo linear nem isento de dificuldades (Costa & Teles, 2017).

Na mesma linha de análise, Ramos (2021) refere que ao processo de integração estão associados atitudes e comportamentos ambivalentes nas sociedades de acolhimento, nomeadamente em Portugal. Se, por um lado, é possível identificar em muitos setores da população uma perspetiva inclusiva, a defesa da justiça e de valores igualitários, é um facto, cada vez mais evidente, que os valores de solidariedade e do respeito dos direitos humanos coexistem com comportamentos xenófobos. Ramos (2021) reconhece que “a ideia de que os imigrantes trazem mais problemas do que benefícios é partilhada por partes significativas da população nativa” (p. 16). Por sua vez, Farah (2017) considera que assistimos a uma situação de crescimento de xenofobia, racismo, discriminações contra migrantes e refugiados, frisando a importância de se desenvolverem ações educativas e de consciencialização visando a humanização.

De acordo com os dados recolhidos no âmbito do European Social Survey, referidos por Ramos (2021), cerca de um terço dos respondentes nos 27 países da União Europeia considera que a imigração não traz vantagens para a economia ou para a cultura, mesmo que 56% das pessoas manifestam abertura à imigração.

No âmbito deste cenário, a figura do mediador intercultural tem vindo a emergir como um interveniente central na operacionalização de respostas adequadas perante o confronto entre diferentes culturas, podendo desempenhar um papel relevante no estabelecimento de redes de comunicação geradoras de coesão social. Como referem Silva et al. (2016), a análise sobre a origem das tensões sociais, que a nível mundial têm vindo a requerer mediação, evidencia as diferenças culturais entre povos e países, entre membros de um mesmo povo e entre indivíduos da mesma nacionalidade.

Se assistimos a uma progressiva valorização da mediação intercultural, enquanto processo de intervenção, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido da afirmação da identidade profissional dos mediadores. A análise apresentada neste capítulo pretende ser um contributo que valoriza a importância de firmar a intervenção do mediador intercultural em processos de investigação-ação, bem como na metodologia subjacente às comunidades de aprendizagem e de prática (CAP). Assumimos a perspetiva que estas metodologias são ferramentas que quando utilizadas pelos profissionais em exercício lhes permitem ensaiar ações progressivamente mais adequadas, distinguindo-se da prática profissional habitual por terem como suporte processos de análise e avaliação rigorosos e partilhados. Apresentamos como exemplo a dinâmica implementada no programa local de acolhimento de refugiados na cidade de Castelo Branco, assente num processo de mediação intercultural comunitária.

Mediação Intercultural – Intervir Para a Capacitação Individual e a Coesão Social

A mediação intercultural tem sido introduzida nos diversos países como um procedimento de gestão positiva e pacífica de conflitos e como um modo de coesão social (Briant & Palau, 1999), entendendo-se que a mediação é uma forma de (re)construção dos laços sociais através da interação e comunicação, tendo como condição o reconhecimento das múltiplas individualidades (Corbo Zabatel, 2007).

A mediação intercultural procura, por um lado, valorizar e afirmar as diferenças culturais, étnicas e sociais dos grupos minoritários, de modo a consolidar a sua identidade e, por outro, dar a conhecer publicamente essas diferenças, que exista um reconhecimento da pluralidade constitutiva da própria sociedade, facilitando a inter-relação e intercompreensão entre os grupos.

Giménez (1997) propõe uma definição de mediação intercultural como uma modalidade de intervenção de partes terceiras em e sobre situações de multiculturalidade orientadas para o conhecimento do “outro”, a comunicação, a regulação do conflito e o desenvolvimento da convivência entre atores sociais etnoculturalmente diferenciados.

Para o mesmo autor (Giménez, 2010), o mediador intercultural assume um papel complexo e central no caso particular da integração dos refugiados nos países de acolhimento. A sua intervenção deve ser pautada por uma conceção flexível e dinâmica sobre o papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, das particularidades da comunicação intercultural, do conflito interétnico e das inter-relações entre a pessoa, a sua situação e o enquadramento cultural.

De acordo com o exposto, a mediação intercultural assume diferentes facetas e metodologias, mas centramos o foco da nossa análise na mediação comunitária por considerarmos que assume uma relevância particularmente significativa nos processos de integração de refugiados.

Almeida (2001, p. 954) concebe a mediação comunitária como um processo contínuo estruturado em torno da procura e da construção de alternativas sociais, integra a resolução de conflitos (interindividuais e societais) numa estratégia de desenvolvimento, fortalece os laços entre as redes de apoio (formais e informais), promove o empoderamento individual e comunitário através da participação no seu próprio processo de desenvolvimento.

Esta perspetiva é partilhada por Casa-Nova (2009) que reforça o papel da mediação intercultural comunitária como um processo para autonomizar os atores, potenciando a sua intervenção cívica e social.

Podemos, pois, associar a mediação ao exercício do direito de cidadania, uma vez que capacita os intervenientes na resolução dos seus problemas, independentemente de serem pessoais ou comunitários. Ao promover estratégias que conferem poder de decisão, prevenção e resolução de conflitos, a mediação assume-se assim como

instrumento de cidadania, tornando os indivíduos “mais conscientes, solidários e corresponsáveis pela vida em comunidade” (Beleza, 2009, pp. 16–17).

Destacamos também uma dimensão que assume um papel central na efetivação dos objetivos da mediação intercultural comunitária e que diz respeito à operacionalização da intervenção em rede dos organismos e recursos da comunidade. Na nossa perspectiva, o trabalho em rede reforça vínculos entre indivíduos, organizações e entidades. Contribui para reforçar e integrar conceções, informações e poder de intervenção. Para Mendes (2010), a necessidade do trabalho articulado em rede mostra as seguintes diretivas: missão e objetivos comuns; operação de forma cooperativa e interdependente; otimização de recursos; ausência de relação hierárquica e incorporação de valor. Através do trabalho em rede é possível integrar as competências de cada pessoa da equipa, assim como de cada área de saberes, e aproveitá-las para se produzirem resultados eficazes. É nesse sentido que a mediação intercultural comunitária se deve apoiar numa intervenção de profissionais de diferentes áreas do saber e representantes de diferentes recursos e organismos da comunidade, de forma a ser possível operacionalizar processos de intervenção mais sistémicos e eficazes.

É através da prática partilhada que os profissionais se fortalecem, comprometendo-se com a ética da intervenção.

O Programa Local de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Castelo Branco – Um Exemplo de Mediação Intercultural Comunitária

Os pedidos de asilo e proteção internacional fazem parte de um procedimento que pretende designar se o sujeito é competente para ser admitido como refugiado. O asilo pode ser procurado especialmente por questões humanitárias, onde estão incluídos nomeadamente os desastres ambientais. Os requerentes de asilo necessitam esperar até que o pedido seja aprovado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou pelo país onde solicitaram acolhimento.

A integração dos refugiados em Portugal, não obstante a sua índole nacional e europeia, tem especificidades a nível local. Atualmente, as maiores estruturas institucionais responsáveis pelo encaminhamento dos processos de acolhimento são a Plataforma de Apoio para Refugiados, criada em 2015, e o Conselho Português para os Refugiados, criado em 1951. Estas organizações são responsáveis pelo encaminhamento das famílias refugiadas para as entidades de acolhimento local (Costa & Teles, 2017).

No acolhimento e integração da população refugiada é importante ter em conta a questão das atitudes e sensibilidade da comunidade local. A realidade presente em termos de políticas de asilo e experiências de acolhimento de refugiados nos distintos países europeus é muito diversificada, havendo discordâncias no que diz respeito ao acolhimento dos refugiados (Hatton & Moloney, 2017).

Segundo Crawley (2005), os comportamentos das pessoas relativamente à população refugiada podem ser motivados por inúmeras variáveis, tais como o sexo, a idade, a raça, a religião, os média, etnia, estilos de vida, tipos de personalidade e fatores de nível político e geográfico.

De forma a operacionalizar um bom acolhimento da família refugiada, que chega assolada por um percurso marcado por grandes adversidades e dificuldades, é fundamental garantir uma resposta às necessidades básicas no momento da chegada, assim como proporcionar um acompanhamento de proximidade, de forma a despistar necessidades que possam surgir ao longo do processo. É primordial assegurar um alojamento autónomo, apoio alimentar e vestuário, bolsa mensal familiar para promover a autonomia da família, apoio na aprendizagem da língua portuguesa, apoio no acesso à saúde, educação e integração laboral.

A integração no país e na nossa sociedade visa a promoção de uma cultura de acolhimento e inclusão, assente numa sociedade civil forte, bem organizada e bem informada (Plataforma de Apoio aos Refugiados, 2016). Deste modo, as instituições de acolhimento colocam em prática métodos que projetam a defesa dos direitos dos refugiados e seguem as normas para o acolhimento destas populações em situação de fragilidade.

As famílias de refugiados acolhidas pela Cáritas Interparoquial de Castelo Branco estão integradas no âmbito do projeto de acolhimento denominado *Cáritas Acolhe*.

Antes da chegada da família, é iniciado um trabalho conjunto de integração, em articulação com as diversas instituições parceiras. É preparado o alojamento autónomo e são criadas as condições para instalação da família. Depois da chegada, são acompanhadas no reconhecimento à cidade, procede-se à inscrição no centro de saúde local, no sistema da segurança social e no serviço de finanças. Disponibiliza-se apoio nas idas às consultas médicas, à vacinação e à realização de exames médicos, entre outros que se afiguram necessários para cada caso concreto. No que diz respeito à integração escolar, são planeadas e postas em prática medidas com o propósito de que o percurso das crianças seja o mais próximo de uma educação inclusiva.

É ainda primordial que os adultos procedam à inscrição no centro de emprego. Sendo a língua uma barreira enorme e um desafio a ser ultrapassado o quanto antes, todos os adultos são ainda inseridos nas aulas de português para estrangeiros.

Por último, é importante referir que os diferentes elementos das famílias vão progressivamente construindo relações de confiança com os diferentes interlocutores envolvidos no apoio à sua integração, assim como com os seus pares, como é caso comum entre as crianças, assistindo-se a uma progressiva autonomia dos diferentes membros.

Ferramentas Metodológicas Para a Intervenção em Mediação Intercultural Comunitária

A integração de refugiados nos países de acolhimento é um processo complexo e em construção contínua, dependente das teias relacionais e comunicativas que se vão estabelecendo. Segundo Machado (2002, como citado em Zarro, 2017), “a integração

a longo prazo pode ser sinónimo da consolidação entre a população autóctone e as populações migrantes de um sentimento recíproco de pertença à mesma sociedade global” (p. 18). A integração está, pois, intrinsecamente relacionada com o envolvimento e participação nas dinâmicas económica, cultural, educacional e cívica de uma sociedade.

Uma das dimensões que, na nossa perspetiva, se organiza como uma evidência desse processo é a construção de projetos de futuro (a médio e longo prazo) projetados nos contextos do país de acolhimento. Dependendo das experiências vivenciadas durante o período de acolhimento, os refugiados percebem de forma diferenciada a integração, desenvolvendo ou não uma percepção positiva e de confiança que condicionará as suas ações e os seus projetos (Pereira et al., 2019).

De acordo com as ideias expressas anteriormente, o sucesso no processo de integração de refugiados está intrinsecamente ligado com uma intervenção baseada nos princípios da mediação intercultural comunitária. Os técnicos que acompanham os diferentes elementos de uma família de refugiados atuam no sentido de estabelecer uma relação de tranquilidade e de confiança, de forma a desconstruir os problemas existentes e identificar diferentes caminhos, alternativas e soluções, sempre em constante ligação e comunicação com a família. Para que um processo de integração tenha sucesso, é necessário que as partes estejam comprometidas e dispostas a um entendimento. Além de mais, sendo a cultura um fator determinante nos processos de comunicação interpessoal, é imprescindível que haja compreensão e conhecimento por parte dos mediadores da cultura e dos hábitos dos refugiados acolhidos em cada comunidade ou território, respeitando sempre os mesmos e agindo em conformidade.

Realçamos a importância de, no início do processo de mediação, fazer-se uso de estratégias para que seja possível contextualizar a intervenção, tais como: o mapeamento dos problemas existentes, a recolha de informações de ordem situacional e cultural e o estabelecimento de um conjunto de parcerias para se criarem linhas de interação.

Estes procedimentos devem ser enquadrados por uma metodologia de pesquisa que permita introduzir validade, bem como consistência na intervenção e na análise dos dados que vão emergindo ao longo do processo.

As propostas que apresentamos centram-se na explicitação das virtualidades da investigação-ação e das CAP para a intervenção dos mediadores interculturais.

A investigação-ação é um método de pesquisa de natureza predominantemente qualitativa que se organiza em ciclos sucessivos de planificação, ação e avaliação reflexiva de uma realidade social concreta. Pressupõe a inter-relação do investigador com a realidade que estuda e onde intervém, fazendo com que a construção da teoria se processe de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio contexto e à medida que os dados empíricos emergem (Máximo-Esteves, 2008). Podemos considerar que para Lewin (1946) a investigação-ação é encarada como uma aplicação da metodologia científica à clarificação e à resolução de problemas sociais concretos. É, também, um processo que envolve mudanças pessoais e sociais deliberadas e planificadas. Em ambos os sentidos, constitui um processo de aprendizagem que dá particular relevo à qualidade de colaboração no planeamento da ação e na avaliação dos resultados.

Na perspectiva de Lima (2003), a investigação-ação tem um caráter participativo, criando-se “condições para que uma comunidade realize as aprendizagens necessárias para poder exercer maior e mais adequado controlo sobre o curso das coisas que afetam as suas vidas” (p. 318), contemplando as diferenças e, ao mesmo tempo, as individualidades de cada pessoa. A prática desta investigação torna-se então desprovida de uma hierarquia rígida e submissa, exigindo-se primazia às dinâmicas sociais de forma recíproca, à participação e envolvimento de cada sujeito no seu próprio processo de mudança, sendo necessário que se valorizem os seus valores, crenças, ideologias e vontades (Lima, 2003).

A investigação-ação é, pois, uma metodologia que quando utilizada pelos profissionais em exercício lhes permite ensaiarem ações progressivamente mais adequadas, distinguindo-se da prática profissional habitual, por terem como suporte processos de análise e avaliação rigorosos e partilhados. Uma investigação-ação colaborativa tem como objetivo central a ação, envolvendo investigadores que são atores no(s) contexto(s) em análise. De acordo com Bryant (1995), a investigação-ação colaborativa é realizada por um grupo de profissionais de áreas diversas que cooperam para explorar questões de interesse mútuo por meio de ciclos de ação, intervenção e reflexão, a fim de desenvolver insights sobre fenómenos específicos, criar estruturas para a compreensão e sugerir ações que melhorem a prática.

Encontramos muitos pontos de contacto entre a metodologia de investigação-ação e os procedimentos inerentes à metodologia das CAP, pelo que apresentamos também este modelo como uma sugestão que consideramos pertinente no âmbito da intervenção da mediação intercultural comunitária.

Segundo McDermott (2001), as CAP podem ser definidas como agrupamentos de pessoas que compartilham e aprendem umas com as outras através de interação presencial ou virtual, com um objetivo ou necessidade de resolver problemas, trocar experiências, técnicas ou metodologias, visando a definição, planificação e implementação de práticas profissionais mais ajustadas.

As CAP são espaços de participação, nos quais os membros partilham um entendimento relativo ao que fazem ou conhecem, trazendo “olhares” divergentes para as experiências particulares e para outras comunidades (Wenger, 1998). Os membros dessas comunidades são profissionais que estão dispostos a analisar problemas ou situações-problema, ou desenvolver recursos ou instrumentos, adequados aos objetivos e domínio de intervenção. Nesse sentido, as aprendizagens construídas são concebidas e operacionalizadas como um fenómeno social e situam-se no contexto da experiência vivida.

As dimensões de uma comunidade de aprendizagem e de prática são:

- o compromisso mútuo
- a construção conjunta
- o reportório compartilhado (rotinas, conceitos, modos de fazer; Wenger & Snyder, 2000)

Segundo Wenger (1998) e Hezemans e Ritzen (2005), as CAP são espaços de interação social, de construção de sentidos e de comunicação entre profissionais.

No caso particular dos mediadores envolvidos na integração de famílias de refugiados na comunidade cabe-lhes potenciar os processos de comunicação/mediação de significados, de educação e de regulação social entre as partes, gerando a possibilidade de negociação e mediação criadora de um espaço comum.

Na nossa perspetiva, é importante assumir uma postura em que nenhum dos técnicos envolvidos intervenha de forma individual, sendo as relações de colaboração e de intervenção delineadas e construídas ao longo do processo, ou seja, (re)construídas na interação.

Envolver os elementos da família no processo, ouvindo e considerando a sua “voz”, contribui de uma forma decisiva para uma aprendizagem em ação e para a capacitação de todos os intervenientes, reforçando, ao mesmo tempo, uma rede de articulação comunitária.

Considerando a complexidade do processo de integração de refugiados, o sucesso da intervenção exige uma postura de envolvimento, comunicação fluida e análise ponderada das decisões, só possível de concretizar através de uma atitude de colaboração responsável entre os diferentes parceiros, mobilizadora de uma intervenção comunitária tendo em vista a coesão social.

Apontamos alguns procedimentos que poderão contribuir para a operacionalização de uma intervenção eficaz:

- realização de reuniões regulares com o objetivo de avaliar o processo de integração, reorganizar estratégias e analisar alternativas de intervenção;
- observação e avaliação contínua dos diferentes elementos da família, aferindo a sua evolução e dificuldades;
- monitorização do bem-estar das crianças e da sua evolução no processo de aprendizagem;
- operacionalização de medidas que possam dar resposta às necessidades e anseios manifestados pelos diferentes elementos da família;
- criação de condições para que a família construa, progressivamente, uma rede de contactos formais e informais na comunidade de acolhimento;
- implementação de medidas que promovam a capacitação e autonomia progressivas nas seguintes dimensões: aprendizagem da língua do país de acolhimento, acesso aos equipamentos sociais, à educação e à inserção no mercado de trabalho.

Considerações Finais

O processo de mediação intercultural tem vindo a assumir, ao longo das últimas décadas, uma visibilidade crescente, organizando-se como uma intervenção que visa dar resposta a necessidades identificadas nos contextos marcados pela diversidade social e cultural. Na nossa perspetiva, a afirmação do sentido e poder de intervenção da

mediação tem vindo a emergir num constante vaivém integrador entre a teoria e a prática. A concetualização tem vindo a suportar-se em dinâmicas de intervenção progressivamente ensaiadas, questionadas e reformuladas. Atualmente, é possível constatar que a mediação se concetualiza como um processo que permite uma análise sobre a realidade social e a intervenção inscrita em pressupostos sistémicos, assumindo um papel central na promoção da coesão social, da empatia e da tomada de perspetiva social (Selman, 1971).

Destacámos os desafios e as tensões que os fluxos migratórios têm colocado às vivências sociocomunitárias e os desequilíbrios emergentes associados à aprendizagem da convivência na diversidade. Neste processo, os mediadores interculturais têm assumido um papel central na operacionalização de experiências de comunicação e reinvenção das aprendizagens socioculturais em diferentes territórios e contextos. Se é possível identificar experiências de sucesso no território nacional, expressas numa aprendizagem da convivência e da (re)construção de manifestações culturais e identitárias inovadoras, é necessário reconhecer que existem pontos de rutura, abismos e conflitos, mais ou menos implícitos, que exigem uma análise compreensiva e integradora.

A mediação intercultural é um saber em ação cuja construção se tem apoiado em ferramentas metodológicas que se inscrevem na investigação-ação, sendo esta a metodologia que continuará a suportar e a validar intervenções colaborativas mais ajustadas e em permanente reformulação.

Referências

- Almeida, H. (2001). *Conceptions et pratiques de la médiation sociale. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Fundação Bissaya Barreto.
- Beleza, F. (2009). *A mediação social como instrumento de participação para a realização da cidadania* [Dissertação de pós-graduação, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8176>
- Briant, V., & Palau, Y. (1999). *La médiation: Définition, pratiques et perspectives*. Nathan Université.
- Bryant, P. (1995). *Collaborative action research "on the cutting edge"* [Projeto de mestrado, University of Lethbridge]. OPUS. <https://hdl.handle.net/10133/849>
- Casa-Nova, M. J. (2009). A mediação intercultural e a construção de diálogos entre diferentes: Notas soltas para reflexão. In A. M. C. Silva & M. A. Moreira (Eds.), *Atas do Seminário Mediação Socioeducativa: Contextos e Actores* (pp. 61-68). Universidade do Minho.
- Corbo Zabatel, E. (2007). Breve ensayo sobre lo posible. In R. B. Frigerio & G. Diker (Eds.), *Las formas de lo escolar* (pp. 305-19). Del Estante Editorial.
- Costa, B., & Teles, G. (2017). A política de acolhimento de refugiados: Considerações sobre o caso português. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(51), 29-46. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005103>
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-acção: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 355-379. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>
- Crawley, H. (2005). *Evidence on attitudes to asylum and immigration: What we know, don't know and need to know*. COMPAS. https://www.compas.ox.ac.uk/2005/wp-2005-023-crawley_attitudes_asylum_immigration/

- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da investigação em ciências sociais*. Instituto Piaget.
- Farah, P. D. (2017). Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP*, (114), 11-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p11-30>
- Giménez, C. (1997). La naturaleza de la mediación intercultural. *Revista de Migraciones*, (2), 125-159. <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/4888>
- Giménez, C. (2010). *A interculturalidade e mediação* (A. Gouveia, Trad.). Alto Comissariado para a Migração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP).
- Hatton, T., & Moloney, J. (2017). Applications for asylum in the developed world: Modelling asylum claims by origin and destination. In M. McAuliffe & K. Koser (Eds.), *A long way to go: Irregular migration patterns, processes, drivers and decision-making* (pp. 227-254). Australian National University Press.
- Hezemans, M., & Ritzen, M. (2005). Communities of practice in higher education. In T. van Weert & A. Tatnall (Eds.), *Information and communication technologies and real-life learning: New education for the knowledge society* (pp. 39-46). Ifip; Springer. https://doi.org/10.1007/0-387-25997-X_5
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34-46. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- Lima, R. J. S. (2003). *Desenvolvimento levantando do chão... com os pés assentes na terra* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/53042>
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da investigação-acção*. Porto Editora.
- McDermott, R. (2001). *Knowing in community: 10 critical success factors in building communities of practice*. http://www.providersedge.com/docs/km_articles/Knowing_in_Community_-_10_Critical_Success_Factors_in_Building_CoP.pdf
- Mendes, V. (2010). As redes de atenção à saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 15(5), 2297-2305. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500005>
- Pereira, C., Santos, F., Duarte, R., Fangaia, M., Faria, S., Fevereiro, M., & Heitor, C. (2019). Origem: Aleppo; destino: Castelo Branco - O roteiro de um processo de integração de refugiados em Portugal. *E-Revista de Estudos Interculturais*, 1(7), 1-33. <https://doi.org/10.34630/erei.v1i7.4075>
- Plataforma de Apoio aos Refugiados. (2016). *Relatório de atividades - Set 2015 a dez 2016*. https://www.refugiados.pt/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_PAR_2015-6.pdf
- Ramos, A. (2021, 21 de fevereiro). Os imigrantes são bem-vindos na Europa? A opinião de nativos e imigrantes. *Público*, (XLVII), 16-17.
- Selman, R. (1971). The relation of role taking to the development of moral judgment in children. *Child Development*, 42(1), 79-91. <https://doi.org/10.2307/1127066>
- Silva, A. M. C., Piedade, A., Morgado, M., & Ribeiro, M. (2016). Mediação intercultural e território: Estratégias e desafios. In Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (Ed.), *Entre iguais e diferentes: A mediação intercultural - Atas das I Jornadas da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural* (pp. 9-29). Alto Comissariado para a Migração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP).
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge University Press.
- Wenger, E., & Snyder, W. (2000). Communities of practice: The organizational frontier. *Harvard Business Review*, 78(1), 139-145. <https://hbr.org/2000/01/communities-of-practice-the-organizational-frontier>
- Zarro, S. (2017). *Perspetivas de integração por parte dos refugiados numa comunidade do litoral de Portugal* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. IC-Online. <http://hdl.handle.net/10400.8/3020>